



CONGRESSO NACIONAL

MPV 303

00035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
04.07.2006

PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA nº 303, de 29 de junho de
2006

AUTOR
DEPUTADO FRANCISCO TURRA

Nº PRONTUÁRIO

1. ☐ SUPRESSIVA 2. ☐ SUBSTITUTIVA 3. ☒ MODIFICATIVA 4. ☐ ADITIVA 5. ☐ SUBSTITUTIVA GLOBAL

ARTIGO
6º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 2º da Medida Provisória nº303/2006 a redação seguinte:

Art. 2º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 168-A do Decreto Lei nº2848, de 07 de dezembro de 1940, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento instituído pela presente lei.

§ 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão da redação do artigo 2º da MP 303 se impõe, pois a intenção do legislador é de conceder àqueles que se encontram em dificuldades para cumprir as obrigações tributárias, uma oportunidade para a regularização da situação da sua empresa junto aos órgãos de arrecadação da União.

Não se justifica a vedação para o parcelamento, relativamente aos débitos relacionados na redação original da Medida Provisória, ao contrário, o benefício deve alcançar a mais ampla gama de contribuintes em dificuldades, abrindo-lhes a possibilidade de atuação regular e livrando-os de cair na informalidade.

Para que o benefício tenha sentido, impõe-se a suspensão das ações penais existentes, pois se a pretensão é a de que os tributos sejam arrecadados, não há porque permanecer a ameaça de punição criminal.

PARLAMENTAR

DEPUTADO FRANCISCO TURRA (PP - RS)

